

**Um exemplo bem sucedido da implementação de uma política nacional de reforma educacional:
A extensão do horário escolar no Chile**

**Un ejemplo exitoso de la implementación de una política nacional de reforma educativa:
La extensión del horario escolar en Chile**

**One example is the implementation of a national policy of educational reform:
A extension of the school calendar, not Chile**

CLAUDIA OVALLE¹
Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia.

RESUMO

Em 1997, o Dia escolar completo (JEC) foi implementado no Chile. Esta política educacional é um exemplo bem sucedido que beneficiou os alunos do sector público graças às reformas que o acompanharam. O JEC teve seus próprios recursos, infraestrutura, apoio político e programas para escolas. Esta política foi aceita pelos cidadãos e atualmente é implementada em quase a totalidade das regiões chilenas. Este artigo apresenta as particularidades desta política e faz uma breve visita à história da reforma educacional chilena que começou na década de 80 que favoreceu a aparência do JEC. PALAVRAS CHAVE. Políticas públicas em educação, Dia escolar completo, Chile.

RESUMEN.

En 1997 se implementó en Chile la Jornada Escolar Completa JEC. Esta política educativa es un ejemplo exitoso que benefició a los estudiantes del sector público gracias a las reformas que la acompañaron. La JEC contó con recursos propios, infra-estructura, apoyo político y programas de apoyo a las escuelas. Esta política fue aceptada por los ciudadanos y en la actualidad se encuentra implementada en casi la totalidad de de colegios chilenos. El presente artículo presenta las particularidades de esta política y hace un breve recorrido por la historia de la reforma educativa chilena que inicia en la década de los 80 que favoreció la aparición de la JEC. PALABRAS CLAVE. Políticas públicas en Educación, Jornada Escolar Extendida, Chile.

SUMMARY.

In 1997 the Full School Day (JEC) was implemented in Chile. This educational policy is a successful example that benefited students in the public sector thanks to the reforms that accompanied it. The JEC had its own resources, infrastructure, political support and schools programs. This policy was accepted by the citizens and is currently implemented in almost the totality of Chilean regions. This article presents the particularities of this policy and makes a brief tour of the history of the Chilean educational reform that began in the 80's that favored the appearance of the JEC. KEYWORDS. Public Policies in Education, Extended School Day, Chile.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Antioquia na Colômbia e consultora independente

INTRODUÇÃO

Na virada do século, a reforma educacional chilena produziu um sistema escolar renovado que agora conseguiu superar a maioria dos países latino-americanos nos resultados dos testes censitários promovidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Essa melhoria no setor público foi realizada através de uma série de reformas políticas e programas e intervenções, incluindo a extensão do dia escolar. Outras ações promovidas no Chile são a reforma da estrutura do sistema educacional, novas formas de financiamento, tais como subsídios à demanda e o uso de incentivos econômicos para escolas privadas com financiamento estatal (Cox, 2003). O caso chileno ilustra as mudanças e os investimentos necessários para que a reforma de um sistema educacional nacional funcione.

Nos anos 80, uma vez que superaram as dificuldades de cobertura escolar no Chile, a política educacional enfatizou a equidade entendida como discriminação positiva e melhoria da qualidade em todos os setores sociais. Com este objetivo em mente, as reformas deste período foram principalmente de natureza econômica e administrativa para encorajar a concorrência entre as instituições educacionais para obter mais estudantes. Por exemplo, foram instituídos incentivos (promoção do pagamento de um subsídio estatal por aluno) e o sistema foi descentralizado com a mudança de controle ministerial para o município em aspectos como a contratação de professores e a administração de recursos. Essas medidas visavam promover a equidade e a participação democrática, já que o sistema educacional tinha sido orientado por rígidas regulamentações centralizadoras do regime da ditadura militar.

Na década de 1980, os gastos públicos em educação diminuíram 27% entre 1982 e 1990, o que equivale a uma queda de 4,9% para 2,5% do PIB, devido a crises econômicas antes de 1985 e decisões políticas que subestimaram o setor educacional. No entanto, desde 1985, esta situação teve uma mudança que entrou em vigor nos anos 90, atingindo um investimento muito maior na educação que se traduz em programas especializados (apenas para algumas escolas) e programas gerais (incluindo todas as escolas) para reformar o sistema educacional chileno. Em 1997, o ano em que o dia escolar completo do Chile (JEC) aparece, os gastos por aluno foram estimados em cerca de 21.810 pesos chilenos (33 dólares americanos), duplicando a estimativa de 1982 de 11.582 pesos chilenos (17,84 dólares americanos) (Cox et al., 1997).

Uma vez que a cobertura e a demanda por educação secundária aumentaram na década de 1980, o subsídio para atendimento escolar foi implementado para ajustar a demanda e a oferta devido à redução nacional nos gastos educacionais. O subsídio por estudante ou "vouchers" inscrito (inspirado pelo economista Milton Friedman) consiste no fato de que os recursos educacionais não são recebidos diretamente pelas famílias, mas pelos detentores (donos e administradores privados de escolas público-municipais e escolas privadas subsidiadas por O estado). Estes "vouchers" ou subsídios estatais têm a característica particular de serem pagos de acordo com a frequência média mensal dos estudantes nas instituições educacionais, e não apenas de acordo com o registro oficial. O sistema de vouchers incentivou a criação de novas escolas, mas também gerou concorrência entre elas para sustentar a matrícula e a consequente segregação de estudantes de baixa renda.

O sistema de subsídio chileno é explicado da seguinte forma:

Ao pagar um montante fixo por estudante atendido, recompensa automaticamente o maior rendimento para as escolas capazes de aumentar sua matrícula e melhorar o atendimento. Com a transferência das escolas públicas para os municípios e seus professores para o Código do Trabalho, o setor municipal (público) e o setor privado subsidiado estavam sujeitos às mesmas regras e tiveram que competir em condições semelhantes para atrair estudantes. Em termos técnicos, a reforma procurou alcançar uma melhoria na eficiência interna do sistema escolar: os recursos seriam utilizados de forma mais racional em cada escola e uma mecânica competitiva permitiria que as escolas menos eficientes fossem forçadas a melhorar ou fechar (Cox, et. al, 1997, p 114).

No caso das escolas subsidiadas pelo Estado, buscou-se que o financiamento fosse compartilhado entre o município e a família nas escolas privadas subsidiadas e as escolas municipais (públicas) que não eram liceus (dedicadas ao treinamento na nível de média). Desta forma, os pais tiveram que fazer um pagamento (entre 4.000 e 32.000 pesos chilenos por mês de 1997) e até um limite estabelecido por lei (US 80) que não deveria ser passado ou a escola passaria para ser considerado privado

Com a lei apresentada antes do congresso em 1997 para a extensão do dia escolar (lei de 19532 de 1997), foi criado um fundo de bolsas de estudo para que as famílias dos alunos que não podem fazer os pagamentos mais altos não são vítimas de segregação escolar (por exemplo, que pode ser atendido por escolas privadas de alto pagamento subsidiado) e com a lei de financiamento compartilhado de 1993, buscou-se que o subsídio fiscal esteja de acordo com os recursos que as famílias possuem. Esta última lei aumentou a porcentagem de famílias que pagam pela educação de seus filhos e que não o fizeram anteriormente devido a subsídios estaduais (de 8% da inscrição em 1993 a 32% depois).

Como resultado das mudanças implementadas no sistema educacional chileno nos anos 80 e 90, quando o dia prolongado aparece, a oferta privada de educação subsidiada (paga pelo estado) cresceu para 32,9% em 1990, mas ocorreu em áreas urbanas densamente povoadas e para estudantes cujos pais possuíam níveis educacionais mais elevados. Isso está relacionado a um problema que atualmente persiste na educação chilena, conhecida como "segmentação" ou "segregação do mercado educacional" no Chile, onde estudantes de baixa renda se limitam a se matricular em instituições educacionais públicas municipais e estudantes de ensino superior. Os estratos mais elevados são derivados da oferta privada subsidiada pelo estado ou oferta privada, com consequências sobre o nível de desenvolvimento e aprendizagem do aluno (Rosas, 2014).

Essa segmentação deve-se ao fato de que as instituições educacionais selecionam os alunos que irão recrutar, que os pais não conhecem a oferta educacional e que, no caso das instituições onde um pagamento é exigido, os pais não podem efetuar tal pagamento. No entanto, o governo chileno e o Ministério da Educação estão atualmente promovendo a equidade educacional e diminuindo a segmentação por meios de acesso menos condicionado de estudantes às instituições escolares de seu interesse.

Além do subsídio ou pagamento estadual para assistência estudantil, a reforma na década de 1990 incluiu um componente importante da modificação do mercado de trabalho dos professores. Inicialmente, na década de 80, havia um movimento para liberalizar o mercado de trabalho, de modo que os professores deixaram de fazer parte do corpo de servidores públicos e seu salário começou a ser regulado pelo empregador individual (município ou titular). Nos anos 90, os professores foram transferidos do código do trabalho (funcionários privados) para um novo estatuto de ensino (Lei 19.070 de 1991). Isso tem um impacto no número de pessoas que escolhem ser professores (uma redução de 45% na matrícula em bacharelado em universidades) e em professores que perderam um terço de seu salário durante a década e sofreram pelo menos uma perda de emprego. ou duas vezes naquela década.

Os motivos pelos quais o número de professores aspirantes foram reduzidos foram a imobilidade do corpo docente (impossibilidade de destituição ou transferência) e o excesso de pagamento dos professores pela antiguidade, descartando outros critérios, como a falta de professores no setor ou a qualidade do trabalho. Do mesmo modo, as reformas do sistema de ensino superior concederam às universidades o poder de conceder graus profissionais apenas a 12 carreiras que não incluíam carreiras na Educação, com as quais há perda do status universitário de formação de professores, diminuindo a exigiu essa profissão e aumentou o número de alunos que tiveram escores baixos em testes de ingresso para a universidade nesta carreira. Este status é restaurado com a Lei Orgânica de Direito Constitucional (LOCE) do ano de 1990.

Em 1995, um novo estatuto didático (Lei 19410 de 1995) aliviou as regras sobre a mobilidade do pessoal docente e sobre a remuneração pelo desempenho (em vez de fazer uso exclusivo do critério da experiência), o saldo mínimo de ensino foi estipulado e incentivos como o SNED (bônus para resultados de professores). Aumentos salariais também foram estabelecidos para o reajuste ao setor público, e a avaliação do professor de acordo com os regulamentos que regem o servidor público. Outro aspecto importante nos resultados educacionais chilenos é a reforma pedagógica que ocorreu na década de 90, que é a década da implementação do dia escolar completo no Chile.

Na década de 1980, foram implementados alguns elementos-chave da reforma pedagógica, tais como modificações curriculares e a introdução de um sistema de avaliação de estudantes. Na década de 1980, planos de estudo e programas foram desenvolvidos em todos os assuntos no nível básico como um nível secundário, que não estavam sujeitos a regulação estatal rigorosa como nos anos de ditadura, mas permitiu flexibilidade em aspectos como a oferta de certos assuntos que os estudantes do ensino médio podiam escolher livremente ou as horas que seriam dedicadas a determinadas aprendizagens (por exemplo, escolas de dois dias podiam escolher um horário semanal de 25 ou 30 horas). Embora esta reforma tenha tido alguns problemas, como a redução do conteúdo curricular, especialmente nas escolas de populações mais vulneráveis e a má interpretação da flexibilização devido a uma redução no currículo, abriu caminho para o debate e a futura organização do currículo nacional único na década de 90 para a escola primária e secundária e, portanto, para ser aplicado nas escolas do dia escolar completo (Cox, et al, 1997).

A reforma pedagógica dos anos 80 inclui um novo sistema de avaliação para o aluno em que é avaliada a aprendizagem da matemática e da linguagem (Programa de Avaliação do desempenho escolar -PER) na escola primária, que mais tarde evoluiria no atual sistema de Informação e Medição da Qualidade da Educação -SIMCE (1998), que avalia os alunos nos graus 4 e 8 (ensino básico inclui 8 anos) em espanhol e matemática, e no segundo ano (a educação média inclui 4 anos, até culminar no ano 12)

O SIMCE vem se expandindo para as áreas da história e da ciência desde a década de 1990 e foi usado como uma medida de qualidade na competição entre instituições educacionais para fundos estaduais e inscrição nos estudantes. No entanto, como o progresso das instituições nos testes do SIMCE não era uma informação suficiente sobre sua qualidade, uma vez que algumas escolas optaram por mecanismos como a exclusão de estudantes de menor nível, então o sistema SNED foi desenvolvido. Avaliação do Desempenho, Lei 19410 de 1995). Este sistema fornece uma medida do valor que as escolas adicionam corrigindo fatores que afetam os resultados do SIMCE, como o nível SES (parceiro econômico) e o capital cultural das famílias e alunos. Para o SNED, a principal variável para classificar as escolas de acordo com sua qualidade é a melhoria da instituição em relação a si mesma.

Para as escolas nas quais o número de estudantes foi perdido devido à baixa matrícula, os subsídios diminuíram e poderiam até ser fechados. Por esse motivo, foi estabelecido um mecanismo de supervisão pedagógica técnica e programas de apoio direcionado para continuarem funcionando dentro do sistema. Foi também estabelecido um mecanismo semelhante ao da supervisão dos cidadãos, onde os pais têm controle sobre os serviços educacionais que seus filhos recebem e a constituição dos

"Planos Municipais de Educação Municipal" elaborados entre a comunidade e os municípios para informar anualmente as atividades e orçamentos das escolas dentro da localidade.

Na década de 90, há uma ênfase na renovação e melhoria pedagógica através de programas que procuram promover a discriminação positiva, no sentido de que eles estão focados nas populações estudantis menos favorecidas. Essa ênfase na equidade é a base do Dia Escolar Completo do Chile (JEC). Entre outros programas específicos que complementam os esforços de todo o dia escolar, estão os programas de 900 escolas (ano 1990), MECE básico (1992-1997) e MECE Media (1995-2000), estágios de professores no exterior, Monte Grande Project (1997), Projeto "Enlaces", Programas de Fortalecimento de Professores e Programa "Liceo para Todos".

Esses programas de melhoria buscam fazer transformações nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos. São programas de tipo indutivo, uma vez que se concentram em certas populações e instituições, mas permitem a apropriação e iniciativa de cada instituição escolar. Esses programas contemplam:

a. Programa para melhorar a qualidade dos setores de pobreza (P900). É a atenção focada nos recursos (materiais e técnicos) das escolas básicas que obtêm os 10% dos menores resultados na aprendizagem de acordo com os testes SIMCE. É uma "unidade de tratamento intensivo" que depende do Ministério da Educação. Inclui 2099 escolas básicas entre 1990 e 1996, e aumento os resultados médios dos alunos nos testes SIMCE em 8,95 pontos em comparação com escolas subsidiadas (diminuição da diferença entre as escolas na seção inferior).

b. Programa para a Melhoria da Qualidade e Equidade da Educação Pré-escolar e Básica (MECE básico 1992-1997). É uma intervenção em todas as matrículas pré-escolares e básicas do sistema nacional subsidiado para melhorar as condições, os processos e os resultados escolares mediante o fornecimento de bibliotecas, recursos didáticos, reparos em infraestrutura e cuidados de saúde. Na área rural, estabeleceu uma proposta pedagógica que articula o local com o conhecimento que é ensinado na escola, e que tem centros de Coordenação Pedagógica para professores rurais. Também permitiu a implementação de Projetos de Melhoria Educacional ou PME, gerados nas escolas e concorrendo para o financiamento concedido por seu potencial para melhorar a aprendizagem escolar e o estabelecimento de uma rede de informática educacional (LINKS) para conectar escolas e as universidades mais importantes. Envolveu o apoio do Banco Mundial e teve um custo de US \$ 243 milhões em seis anos de execução.

c. Programa de Melhoria da Qualidade e Equidade do Ensino Secundário. (MECE Media 1995-2000). Em 1995, a intervenção do Ministério da Educação Média começou com a "Conversação Nacional sobre Educação em Mídia" e um conjunto de investigações diagnósticas por universidades e centros de pesquisa entre 1991 e 1992. O MECE incluiu a criação de fundos e um conselho de administração para assistência técnica especializada para atender às necessidades de cada instituição educacional por até 1 milhão de pesos chilenos. Também incluiu um concurso nacional para projetos de melhoria educacional, aquisição de materiais com participação na demanda (as escolas escolhem suas próprias bibliotecas e o ministério os financia), uma componente curricular e um componente de gestão pedagógica.

d. Novo currículo em básico e secundário (1996-1997). A organização curricular é administrada desde 1990 com a Lei Orgânica Constitucional de Educação (LOCE), que estabelece que as escolas podem criar seu próprio currículo ou seguir os programas de estudo definidos pelo Ministério da Educação. No entanto, uma organização foi estabelecida em duas modalidades de ensino secundário (humanístico ou técnico) com dois anos de educação geral comum (há 4 anos de ensino secundário que culminaram na 12ª série aos 17 anos de idade). A educação técnica é limitada a 13 setores ocupacionais e não às negociações como foi feito anteriormente, ou seja, uma educação mais geral.

e. Extensão do Dia Escolar. É a última das intervenções na década de 90 que envolveu um investimento de US \$ 1.500.000.000, ampliou o tempo de treinamento para 8 horas pedagógicas diárias. Isso implica 38 horas na educação básica e 42 no ensino secundário. Começou com 3000 estabelecimentos correspondentes a 15% da inscrição. Sua execução é estabelecida através de uma Lei da república (Lei de 19532 de 1997). A reforma do dia da escola foi financiada com 18% de IVA por ordem do executivo

Estes programas são acompanhados por reformas do currículo (novo currículo de educação básica em 1996 e do ensino secundário em 1998), novos programas de estudo, e a aparição de 5 leis educacionais: uma reforma à constituição (extensão do ensino obrigatório de 8 a 12 anos em 2003), a nova lei do dia da escola completa (1997), o estatuto de ensino que inclui o sistema SNED (incentivos ao desempenho do professor desde 1995), a lei dos incentivos para doações e o estatuto docente (1991)

Entre os marcos mais importantes do período dos anos noventa em que aparece o Dia da Escola Completa (JEC) é a formação da Comissão Nacional para a Modernização da Educação Chilena (1995) e o acordo da agenda educacional pelos partidos políticos. Isso afirma a intenção de uma aliança nacional para a reforma educacional. A reforma do sistema educacional, dentro da qual um dos pilares é o JEC (Dia escolar completo), baseou-se em 6 princípios orientadores (Cox, et al., 1997):

1. Políticas centradas na qualidade que se concentram nos processos e resultados da aprendizagem e não nos insumos educacionais.
2. Equidade entendida como discriminação positiva a favor dos grupos mais vulneráveis e não como homogeneização no território nacional
3. Ênfase na regulamentação por incentivos, informação e avaliação
4. Abertura de instituições educacionais (por exemplo, o aluno é configurado como destinatário de um serviço público e o pai com poder para escolher entre opções educacionais)
5. Mudança nas políticas de reformas integrais a estratégias diferenciadas e flexíveis que permitem o crescimento e a iniciativa das escolas
6. Políticas construídas com base no consenso nacional e não dependentes da decisão de indivíduos particulares

As considerações financeiras, pedagógicas e de recursos humanos foram de grande impacto para obter efeitos sobre todo o sistema educacional chileno, uma vez que a reforma escolar não se limitou a intervenções específicas (por exemplo, implementar apenas o dia escolar completo). No entanto, alguns elementos da reforma financeira (o uso de subvenções e pagamentos) tiveram impactos negativos com consequências no sistema educacional atual.

DIA ESCOLAR COMPLETO (JEC) NO CHILE

Em comunicação pessoal com o Ministério da Educação do Chile (2016), foi estabelecido que o Dia escolar completo (JEC) como um programa já cumpriu seu objetivo de se estender a todas as matrículas públicas, com exceção de algumas escolas tradicionais (escolas emblemáticas) e maiores, que tiveram dificuldades em cumprir o requisito de reduzir a matrícula dos alunos para fazer a respectiva extensão do dia escolar. Mesmo hoje, não existe mais o escritório que tradicionalmente liderou o programa JEC no território nacional.

Em conversa com o Dr. Carlos Concha (Universidade Alberto Hurtado, Chile), responsável pelo desenho do componente pedagógico JEC em 1997, verificou-se que o elemento mais importante no desenvolvimento do JEC no Chile consistiu no elemento de gestão no interior das escolas. Esta

gestão permitiu que a aprendizagem dos estudantes fosse de qualidade, para o qual, o desenvolvimento dos professores foi reforçado (grupos profissionais, atualizações de oficinas com universidades locais, centros de ensino), o aumento do tempo de trabalho pedagógico do professor (horário de planejamento), a implementação de um sistema de apoio docente (assistentes profissionais de sala de aula e suporte) e as mudanças na PEI (projeto educacional escolar) por escola que foram supervisionadas pelo Ministério da Educação e que eram obrigatórias antes da modificação da infraestrutura e a transmissão de recursos para as escolas.

O componente de desenvolvimento docente levou a uma lei sobre o desenvolvimento de professores profissionais (Lei 20903) que incentiva o avanço dos professores na carreira através da especialização, experiência e treinamento, uma avaliação do desempenho do professor e indicadores de práticas de ensino (Ministério da Educação do Chile, Divisão de Educação Geral, Comunicação Pessoal, 2016)

O Ministério da Educação, diz Concha, orientou os projetos de extensão do horário escolar com apoio a escolas com materiais como o texto "O Relógio" e seu trabalho de supervisão foi contínuo e orquestrado com a comunidade e com apoio político. O JEC teve uma excelente campanha de mídia como um programa emblemático do Ministério da Educação, mesmo no discurso presidencial foi slogan comum "não mais do mesmo" para se referir às inovações no PEI (projeto educacional escolar) das escolas do JEC. O processo do JEC foi mais fácil com as escolas públicas do que com os privados subsidiados, uma vez que este último só poderia receber recursos para a expansão da infra-estrutura se eles se comprometeram a dedicar seus edifícios para serviços educacionais por 50 anos.

No ano de 2004, pela Lei da República, foi permitido que as instituições que tiveram um bom desempenho (público ou privado) pudessem parar de prestar o serviço JEC, mas tiveram que retornar ao JEC se, por dois anos consecutivos, não mostraram resultados de bom desempenho em testes SIMCE. Atualmente, quase a maioria das instituições escolares chilenas pertence ao JEC, e a Agência de Garantia da Qualidade está disponível para melhorar a escola.

CONCLUSÕES

A história da reforma educacional chilena (de 1997 até à data), e os estudos sobre ela inspiraram muitos países latino-americanos. A experiência chilena ensina que as reformas educacionais exigem um forte apoio político e econômico, uma comunidade acadêmica que permita monitorar e estudar seu impacto e articulação com outras políticas, programas e ações. Neste último ponto, é evidente, do caso chileno, que é necessário um foco não só na cobertura e equidade, mas também no foco na qualidade, recursos educacionais adequados e gestão escolar que favoreçam o desenvolvimento das competências dos alunos. A nível pedagógico, um aspecto importante da reforma chilena consistiu no desenvolvimento profissional dos professores (incentivos SNED, treinamento profissional, Regras de ensino), desenho de um currículo nacional único e uma avaliação relevante para ele (testes SIMCE) na educação básica e secundária.

Outro aspecto importante para a reforma educacional aprendido com a história chilena é a importância do acordo nacional sobre educação, por exemplo, quando foram estabelecidos acordos à modificação do ensino secundário no Chile, incluindo as escolas, centros de treinamento técnico e empregadores.

Finalmente, a experiência chilena fornece lições importantes para América Latina, como o uso de programas gerais e específicos para apoiar o setor de educação pública, a implementação de assistência técnica para instituições de baixo desempenho e a definição de metas de qualidade educacional que sejam justas para as condições sociais. Este último aspecto refere-se à implementação de critérios como a mensuração da qualidade com base em uma medida do progresso da instituição em relação a si mesma. Na América Latina, você pode aprender com esta lição chilena, já que em vários países o setor de educação pública ainda é comparado com os mesmos índices do setor privado e com

base em testes que ainda não capturam as diferenças entre as populações atendidas. Da mesma forma, a experiência chilena ensina que o sistema educacional deve evitar a criação de segregação e a integração social deve ser privilegiada em todas as escolas públicas

REFERÊNCIAS

COX, C. *Políticas Educativas en el cambio de siglo. La reforma del sistema escolar en Chile*. Santiago de Chile: Editorial universitaria, 2001.

COX, C., GONZALEZ, P., NUÑEZ, I., SOTO, F. *160 años de educación pública. Historia del Ministerio de Educación*. República de Chile: Ministerio de Educación, 1997.

ROSAS, R., SANTA CRUZ, C. *Dime en que colegio estudiante y te diré que CI tienes*. Santiago de Chile: Editorial de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 2013.

SOBRE O AUTOR: CLAUDIA OVALLE é doutora em Educação pela Universidade de Antioquia na Colômbia e consultora independente. E-mail Claudia.ovalle@udea.edu.co